

“A EDUCAÇÃO FORMAL FUNCIONA PARA QUEM?”: A IMPORTÂNCIA DE COMPREENDER O PROCESSO DE MERITOCRACIA NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Ana Luíza da Silva Mello ¹
Renalvo Cavalcante Silva ²

RESUMO

A educação no modo de produção capitalista expõe a construção de desigualdades, especialmente nas nações como o Brasil de economia subdesenvolvida e dependente. A desigualdade educacional, portanto, evidencia um processo de degradação do ensino ao seguir a lógica capitalista, onde utiliza a ideologia da meritocracia para justificar privilégios. A educação moldada pelo capital tenta obstruir as possibilidades de transformação social, que busca perpetuar a exploração da classe trabalhadora a fim de ampliar a acumulação de riqueza da classe dominante. Nesse contexto, processos avaliativos, que deveriam levar em consideração o caráter qualitativo e as diferenças sociais de uma sociedade de classes, tornam-se, ao contrário, instrumentos de segregação, reproduzindo desigualdades estruturais. A adoção de critérios meritocráticos nas instituições educacionais legitima a exclusão sob o pretexto de eficiência e mérito individual, impondo um modelo homogêneo e desumanizante. Essa abordagem ignora as adversidades enfrentadas pelos menos favorecidos, distanciando o sistema educacional de sua função cidadã e consolidando uma lógica opressiva e elitista. Assim, a educação passa a servir aos interesses de uma nova ordem econômica mundial, que reforça a alienação capitalista e utiliza a escola como espaço de reprodução de desigualdades. Este estudo, de abordagem qualitativa, busca analisar a realidade social ao considerar valores, crenças e significados que ultrapassam variáveis operacionais (Minayo, 2001). Por fim, evidencia-se a necessidade de repensar o sistema educacional brasileiro pois, a avaliação possui uma função essencialmente diagnóstica. A partir dessa premissa, as instituições de ensino, independentemente do nível ou da modalidade, devem direcionar seus esforços para a superação das dificuldades apresentadas pelos alunos, para chegar a resultados satisfatórios é necessário o desenvolvimento cognitivo e socioemocional desses alunos, engajamento familiar, processos avaliativos que de fato avaliem o aluno, formação continuada dos docentes, infraestrutura de qualidade e recursos para estudarem. Nesse sentido, a flexibilização excessiva dos processos avaliativos pode resultar na ocultação de deficiências formativas que acompanham os estudantes desde a educação infantil.

Palavras-chave: Meritocracia, Educação Brasileira, Desigualdade.

INTRODUÇÃO

O processo de avaliação brasileira em larga escala mostra como resultado o modelo de sociedade que está sendo refletido dentro da educação. Todo o processo de ausência de políticas de formação continuada, baixa remuneração dos professores, baixa qualidade no ensino, pouca oferta de vagas aos alunos, seletividade e altos índices de

¹ Graduando do Curso de PEDAGOGIA da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, ana.mello.2021@alunos.uneal.edu.br ;

² Professor orientador: Doutor, Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL.



exclusão escolar mostram como principal causa a degradação da educação no Brasil, assim como os baixos índices de investimentos na educação pública. A desigualdade social é um dos pontos chave nesse processo, pessoas em condições diferentes de estudo e realidade sendo submetidas ao mesmo processo avaliativo.

Fechando o ciclo da avaliação em larga escala no Brasil, faz-se necessário investigar o Exame Nacional do Ensino Médio como um dos processos avaliativos mais discrepantes dentro da educação brasileira. O enem surgiu como uma forma avaliativa que mostrava a qualidade do ensino dado dentro das instituições de ensino, porém, ao longo do tempo foi modificado para uma seleção de ingresso ou não no ensino superior.

O desfecho da importância do estudo para a comunidade acadêmica é expor a atual situação da educação brasileira, com foco no enem, que promove a competitividade entre os alunos, reforçando a ideologia de meritocracia entre os estudantes e a alienação capitalista dentro das escolas.

Mészáros (2004) ainda reforça que:

“... em nome da suposta superioridade da elite: “meritocracia”, “tecnocracia”, “empresarial”.(PÁG. 49)

Assim, de forma bem clara o sistema capitalista expõe que o mérito foi criado apenas para a classe burguesa, enquanto a classe trabalhadora permanece na tentativa de alcançar os objetivos estabelecidos pelo mercado de trabalho.

Para compreender a atual conjuntura avaliativa no Brasil, especialmente no âmbito do ensino médio, é imperativo refletir sobre as causas históricas e estruturais que levaram à implementação de processos de avaliação em larga escala de maneira elitizada e desigual. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob uma perspectiva crítica, pode ser interpretado como um instrumento que, dentro da lógica capitalista, reforça a mercantilização da educação, perpetuando um ciclo de exploração socioeconômica que afeta, sobretudo, as camadas mais vulneráveis da população. Tal ciclo reproduz um sistema de trabalho e pensamento conformado pelos valores do capital, alienando os sujeitos ao ponto de serem reduzidos a meros instrumentos de ganho econômico, conforme sugerido por Karl Marx em O Capital. Segundo ele, aqueles que não possuem outra mercadoria além de sua força de trabalho são tratados pelo capital como simples recursos produtivos.

A educação, no entanto, não deve ser concebida unicamente sob a ótica do mercado ou das classes sociais, mas sim como um vetor de emancipação humana, capaz de combater as estruturas opressoras, exploradoras e alienantes. Conforme argumenta István Mészáros em A Educação para Além do Capital, a educação transformou-se em um mecanismo de perpetuação e reprodução do sistema capitalista, quando deveria ser um instrumento de libertação.

Nesse sentido, a avaliação, ao legitimar determinadas culturas e práticas, reflete os interesses da classe dominante, como ressalta Soares (1991, p. 49):

"O controle de determinada cultura que a avaliação legítima e a determinada forma de relação com a cultura que também legítima são a cultura da classe dominante. Os resultados da avaliação estão condicionados apenas secundariamente à performance escolar".

Desse modo, os estudantes das escolas públicas são frequentemente reduzidos a ferramentas de reprodução da força de trabalho, mantidos na ignorância e alienação que perpetuam sua subordinação socioeconômica.

Diante desse cenário, é crucial questionar: Qual é o interesse do capital no



ENEM? Como o sistema capitalista entrou nos processos avaliativos? E quais as implicações dessa relação para a educação básica no Brasil? A presença de instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, no financiamento e nas diretrizes educacionais brasileiras suscita reflexões sobre a sua real motivação. A alienação e a reprodução do capital surgem como respostas iniciais, sugerindo que o sistema educacional é manipulado para manter a classe trabalhadora em um estado de subordinação, como um hospedeiro explorado por seu parasita, de forma sutil, mas potencialmente devastadora.

É imperativo, portanto, repensar o sistema avaliativo do ensino médio no Brasil, criando condições que favoreçam a expressão crítica, o debate e a compreensão da realidade social por parte dos alunos. O objetivo deve ser a promoção de uma educação emancipatória, centrada nas vivências e necessidades concretas dos estudantes, proporcionando oportunidades igualitárias que transcendam a mera reprodução das estruturas sociais existentes, permitindo que a escola seja um verdadeiro espaço de transformação social.

MÉRITO OU INJUSTIÇA

A dominação capitalista sobre a classe trabalhadora revela-se como uma estratégia sistemática de alienação e controle, inserindo-a dentro dos limites de uma nova ordem mundial em que os interesses da elite são constantemente assegurados nas relações sociais e econômicas. Nesse contexto, a educação é instrumentalizada, sendo reduzida a um mero mecanismo de preparação para o mercado de trabalho, configurando-se como um meio de perpetuação das desigualdades e não como um espaço de emancipação e desenvolvimento crítico.

Em ‘A educação para além do capital’, István Mészáros (2004), diz que:

“Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento de emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema.”(PÁG.15)

A partir dessa perspectiva, o ensino superior passa a ser percebido como um privilégio reservado às camadas economicamente favorecidas, enquanto a classe trabalhadora enfrenta uma escolha cruel: sobreviver ou estudar. Essa dicotomia, imposta pela lógica capitalista, transforma o ato de aprender em um luxo inacessível para grande parte da população, consolidando um ciclo de exclusão e manutenção das estruturas de poder.

A mercantilização da educação brasileira reforça esse ciclo de “escravização” simbólica dos menos favorecidos, perpetuando a desigualdade e garantindo que a classe dominante continue a lucrar com a desvalorização do ensino público. A alienação no processo de ensino-aprendizagem é uma ferramenta essencial para o capital, uma vez que um indivíduo desprovido de consciência crítica sobre suas condições e direitos tende a aceitar passivamente a realidade imposta, acreditando que não há alternativas fora de sua bolha social.

A introdução de critérios meritocráticos como justificativa para a competitividade no ambiente escolar é um marco dessa transformação. Esse processo de avaliação padronizado impõe um modelo homogêneo e desumanizante, que



desconsidera as desigualdades estruturais e legitima a exclusão sob o véu da eficiência e do mérito individual. Dessa forma, o sistema educacional se afasta de sua função primordial de formação cidadã e se transforma em um instrumento de reprodução das desigualdades sociais e econômicas, consolidando a lógica opressiva do capital.

Dissertar sobre o Exame Nacional do Ensino Médio é analisar também o sistema educacional brasileiro. A avaliação do sistema educacional quanto ao capital é um tema multifacetado e complexo. Ao analisarmos o sistema educacional brasileiro, reconhecemos os significantes desafios enfrentados, como: a qualidade variável do ensino nas escolas brasileiras, a falta de infraestrutura das escolas – que por vezes são inadequadas –, e, por fim e mais importante, a falta de investimentos públicos em uma educação com foco na realidade dos filhos da classe trabalhadora.

As disparidades de condições prejudicam diretamente a equidade do resultado do Exame Nacional do Ensino Médio. Na sociedade capitalista, explica-se o êxito acadêmico a partir de uma análise biologizante ou a partir da responsabilização do próprio indivíduo sob a lógica da meritocracia que o sucesso está associado ao mérito e esforço individual; logo, aqueles que alcançam algum tipo de conquista, como as notas altas nos exames seletivos, são privilegiados intelectualmente ou fizeram um reforço supra-humano para realização de tais feitos. Contudo, se observamos o sistema educacional brasileiro, nota-se claramente que nem todos os indivíduos de uma mesma população têm acesso às mesmas oportunidades econômicas e sociais; assim, o trajeto que irão percorrer não será o mesmo. O resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) reflete as contradições socioeconômicas do país. Filhos da classe trabalhadora muito raramente terão as mesmas oportunidades e condições oferecidas à classe dominante.

Além disso, o Ministério da Educação fornece avaliações padronizadas no ENEM, provocando um ambiente desigual numa competição desleal. Estudantes de diferentes realidades sociais e econômicas enfrentam oportunidades distintas, ainda que sejam submetidos ao mesmo exame, influenciando diretamente nos resultados. O ENEM é um sistema avaliativo e seletivo gerido pelo Plano Nacional de Educação (PNE), o plano tem problemas porque reflete as próprias contradições sociais do capitalismo e, no caso brasileiro, se agrava porque o país tem uma distribuição de renda absolutamente desigual, uma das piores do mundo, o que reforça a condição do nível superior ser, ainda, um nível de ensino elitizado, sobretudo com relação a determinados cursos.

Como citado no site do Governo Federal:

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Em 2009, o exame aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior.

Porém, ao analisarmos o processo histórico percebe-se que essa mudança de avaliação para o acesso à Educação Superior foi desigual e injusta. A classe trabalhadora, são marginalizados por uma sociedade na qual o sistema econômico capitalista impõe seus valores morais pautados na acumulação de riqueza com base na exploração e na mercantilização da vida, de modo que a classe trabalhadora está condenada a ser expropriada de sua força de trabalho.

Devemos também levar em consideração não somente a qualidade de ensino, como também sua relação com o sistema de avaliação. A educação no capital não



prepara o indivíduo tão somente para o mercado de trabalho, mas também para que o indivíduo internalize valores, comportamentos, representações, ideologias etc., que respeite a ordem social dominante. É preciso, além de força de trabalho, indivíduos que concordem com o sistema e reproduzam seus interesses, ainda que esses princípios sejam absolutamente nocivos à própria classe, o que é próprio do homem não é o aprender, pois não é algo biológico do ser, mas o aprender com os outros homens, o ser ensinado por eles. A superação da realidade objetiva vigente pode proporcionar uma verdadeira emancipação humana. O direito é uma categoria social que faz parte da estrutura estatal capitalista; logo, todos os direitos são constituídos para manutenção da ordem econômica vigente. Portanto, conhecer direitos de maneira alguma impede a exploração humana, pois mesmo alguns direitos conquistados são regras consentidas pela burguesia.

Em virtude da maneira que é realizada a avaliação do sistema educacional brasileiro no Ensino Médio, revelam-se desafios relacionados à categorias controversas da educação sob a lógica capitalista: equidade, mérito e qualidade do ensino. Para promover um sistema educacional que corresponda às necessidades dos filhos da classe trabalhadora, com todos os limites impostos pela ordem vigente, é crucial intervir nas desigualdades estruturais, investir na melhoria das condições de ensino e repensar abordagens avaliativas que considerem a diversidade de contexto social e econômico dos estudantes.

METODOLOGIA

A pesquisa foi efetivada e construída através do estudo de livros, teses, dissertações, artigos, revistas, periódicos, legislações, entre outros documentos presentes no desenvolver da presente pesquisa.

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa com vistas a contribuir com o referencial teórico relacionado ao objeto e alcançar uma maior profundidade analítica da realidade social investigada, considerando que a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, 2001).

Esse estudo trará os teóricos István Mészáros (2004), Georg Lukács (1969), Ricardo Antunes (2017), Christian Laval (2004), Geraldo Augusto Pinto (2016) e Demerval Saviani (1991), que trazem um olhar significativo para a temática. O estudo trará também artigos achados em periódicos acadêmicos e repositórios de base acadêmica como o de Josélia Schwanna Salomé (2017), de Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos (2024), de Dhyovana Guerra (2016-2018), de Eduardo Donizeti Giroto (2018), também fará uso de Helena Altmann (2022), de Carlos Roberto Jamil Cury (2008), de Maria Abádia Da Silva (2003), de Roberto Leher (1998), e de Gaudêncio Frigotto (2003), que destrincham a relação entre a educação e as estratégias capitalistas.

O objetivo a partir da leitura e exposição bibliográfica é Compreender os imperativos capitalistas que orientam o Exame Nacional do Ensino Médio dentro da lógica reprodutiva do capitalismo contemporâneo e expor a atual situação da educação brasileira, com foco no enem, que promove a competitividade entre os alunos, reforçando a ideologia de meritocracia entre os estudantes e a alienação capitalista dentro das escolas.

